AO DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE...............................

JUSTIFICATIVA E COMPROVAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA APONTADA.

PREZADO SENHOR

A FUNCEF INFORMOU QUE RECEBI COMO RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA O VALOR DE R$.................................

EU DECLAREI EXATAMENTE O MESMO VALOR SENDO R$...................NO CAMPO TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA, COM R$................DE IMPOSTO RECOLHIDO, E R$...............................DECLAREI NO CAMPO RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA(IMPOSTO COM A EXIGIBILIDADE SUSPENSA) E O VALOR DO IMPOSTO DEPOSITADO EM JUÍZO. **SOMANDO OS DOIS VALORES DECLARADOS COMO RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS CHEGAMOS AO VALOR INFORMADO PELA FUNCEF**. NÃO HÁ DIVERGÊNCIA E UMA AUTUAÇÃO REPRESENTARIA DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL POR PARTE DA RECEITA FEDERAL.

DESTACO QUE ESSE VALOR DOS RENDIMENTOS QUE ESTÃO COM O IMPOSTO COM A EXIGIBILIDADE SUSPENSA, E DEPOSITADO JUDICIALMENTE, É INFORMADO PELA FUNCEF NO CAMPO 7 DO MEU DEMONSTRATIVO ANUAL (EM ANEXO), COM O NÚMERO DO PROCESSO JUDICIAL.

SEGUEM EM ANEXO:

Cópias dos 12 demonstrativos mensais;

Cópia do demonstrativo anual;

E Cópia da Liminar obtida pela Apcef-.... na qual consto como substituído.

Data................, local......................

Nome e CPF